

Greve docente 2012 ou quando as bases perderam a paciência: a experiência na UFG

Resumo

Na esteira dos 10 anos daquela que foi a maior greve docente das Instituições Federais de Ensino (IFE) brasileiras, o presente artigo, de caráter ensaístico, se propõe a problematizá-la, no que tange aos seus desdobramentos na organização das/dos docentes, à luz do REUNI na Universidade Federal de Goiás, com particular interesse em seus campi do interior, sobretudo, o campus Goiás. Para tanto, utilizamos de pesquisa bibliográfica, documental e da experiência empírica de greve, vivida pelos próprios autores/as. Tal estudo permitiu a constatação dos efeitos deletérios do REUNI, principalmente nos campi do interior, e a greve como fator catalisador e impulsionador do movimento docente, mormente da oposição sindical na UFG. Dessa feita, entende-se que tal programa (REUNI) só pode ser entendido e analisado em sua dinâmica contraditória de expansão precarizada e que a greve continua como importante instrumento de lutas da classe trabalhadora, inclusas as frações não ligadas diretamente à esfera da produção.

Palavras-chave: greve 2012; movimento sindical docente; oposição sindical; REUNI; UFG.

Luís Augusto Vieira

Universidade Federal de Goiás –
UFG – Goiás/GO – Brasil
luis_augusto_vieira@ufg.br

Fabiana Itaci Corrêa de Araújo

Universidade Federal de Goiás –
UFG – Goiás/GO – Brasil
fabiana.itaci.araujo@ufg.br

Para citar este artigo:

VIEIRA, Luís Augusto; ARAÚJO, Fabiana Itaci Corrêa de. Greve docente 2012 ou quando as bases perderam a paciência: a experiência na UFG. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 23, n. 52, p. 141-161, maio/ago. 2022.

DOI: 10.5965/1984723823522022141

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723823522022141>

Teachers strike 2012, or when the bases lost patience: the experience at UFG

Abstract

In the wake of the 10 years of what was the biggest teacher strike of the Brazilian Federal Education Institutions (IFE), this essay, of an essayist nature, proposes to problematize it, in terms of its consequences in the organization of teachers, in light of REUNI at the Federal University of Goiás, with particular interest in its countryside campuses, especially the Goiás campus. For that, we used bibliographic and documentary research and the empirical experience of strikes by the authors themselves. This study allowed the verification of the deleterious effects of REUNI, mainly on the countryside campuses, and the strike as a catalyst and driving factor of the teaching movement, especially the union opposition at UFG. In this way, it is understood that such a program (REUNI) can only be understood and analyzed in its contradictory dynamics of precarious expansion and that the strike continues as an important instrument of working class struggles, including fractions not directly linked to the sphere of production.

Keywords: strike 2012; teacher union movement; union opposition; REUNI; UFG.

Paro docente 2012, o cuando las bases perdieron la paciencia: la experiencia de la UFG

Resumén

A raíz de los 10 años de esa que fue la mayor huelga de docentes de las Instituciones Federales de Educación (IFE) brasileñas, este ensayo, de carácter ensayístico, propone cuestionarla, en sus consecuencias en la organización de los docentes, a la luz del REUNI en la Universidad Federal de Goiás, con particular interés en sus campus del interior, especialmente el campus de Goiás. Para ello, utilizamos la investigación bibliográfica, documental y la experiencia empírica de huelgas de los propios autores. Este estudio permitió constatar los efectos nocivos de REUNI, principalmente en los campus del interior, y de la huelga como catalizador y factor impulsor del movimiento docente, en especial de la oposición sindical en la UFG. De esta manera, se entiende que tal programa (REUNI) sólo puede ser comprendido y analizado en su dinámica contradictoria de expansión precaria y que la huelga continúa como un instrumento importante de las luchas de la clase obrera, incluidas las fracciones no vinculadas directamente a la esfera de la producción.

Palabras clave: huelga 2012; movimiento sindical de maestros; oposición sindical; REUNI; UFG.

Mas é nelas [bocas e mãos,
sonhos, greves e denúncias]
que te vejo pulsando,
mundo novo,
ainda que em estado de soluços
e esperança.

(Ferreira Gullar, 2010, p. 174)

Unindo-se ao intento de compreensão daquela que foi uma das maiores greves da história do movimento docente no Brasil, 10 anos depois, no presente texto – de caráter ensaístico –, registramos e evidenciamos as particularidades do processo vivido na Universidade Federal de Goiás, especialmente no Campus Goiás (UFG - CG), com objetivo de analisá-las no que tangente aos efeitos deletérios de implantação do REUNI e seus desdobramentos na organização das/dos docentes desta Instituição de Ensino Superior (IES) – aqui entendidas/os como segmento da classe trabalhadora brasileira.

Para tanto, o presente está organizado em quatro tópicos, mais considerações finais. De início, apontamos um quadro sumariado da conjuntura e exemplos de lutas, que indiretamente contribuíram para o fomento do movimento grevista de 2012; tratamos do REUNI, seus efeitos expansivos e desdobramento grevista. Ainda sobre o REUNI, abordamos sua expansão precarizada na UFG; passamos ao movimento docente da UFG e sua retomada com o impulso da greve de 2012. Por fim, apontamos acertos e erros, desafios e perspectivas para o movimento docente combativo na UFG.

2012: a classe trabalhadora em movimento

O ano de 2012 se abriu como o segundo ano do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (PT) e continuidade de mais um governo petista. Reconhecido pela população brasileira como um governo de esquerda, melhor se caracterizava como uma gestão que tinha em seu comando institucional expressivo corpo de gestores-tecnocratas:

[...] com trajetórias políticas de esquerda, a começar pela própria presidenta. Grande parte dessa tecnocracia tem suas origens políticas junto a partidos socialdemocratas como o PT, o PCdoB, o PDT e em centrais sindicais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores). (PINTO, 2012, p. 58)

Naquele ano, o salário-mínimo teve aumento nominal de 14,26% e seu valor foi de R\$ 545,00 para R\$ 622,73 (SALÁRIO MÍNIMO..., 2011). O Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu apenas 0,9%, ante os 2,7% do ano anterior (IBGE, 2013); a inflação ficou em 5,84% (AMORIM; CONGO, 2013), ao passo que o desemprego registrado foi de 5,5%, ou a menor taxa dos últimos 10 anos (DESEMPREGO..., 2013). A excetuar-se pelo pífio crescimento do PIB, tais indicadores econômicos não pareciam expressar a onda de mobilizações e greves que tomaram o país no decorrer daquele ano, tampouco pareciam (pré)anunciar o “tsunami” que viria com as rebeliões de 2013¹.

Não obstante nem sempre assim referido, 2012 foi um ano de paralisações e greves. Segundo o relatório do Sistema de Acompanhamento de Greves, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-DIEESE) houve um total de 873 greves, sendo 461 de trabalhadores/as da iniciativa privada (53%) e 461 paralisações de trabalhadores/as da esfera pública (47%) (DIEESE, 2013). De acordo com o mesmo relatório, o resultado confirma a tendência do aumento do número de greves presente desde 2008, sendo que ao olharmos para a série histórica confirma-se que em 2012 o número de greves foi o maior verificado desde 1997, ou seja, dos últimos 15 anos. O total de horas não trabalhadas em 2012, em decorrência de paralisações e greves, foi o maior desde 1991, sendo 65,4 mil horas paradas na esfera pública, ante 21,2 mil horas paradas da esfera privada (DIEESE, 2013). A classe trabalhadora assalariada, portanto, dava sinais de que as condições concretas de trabalho e de vida não estavam tão bem assim.

E, em que pese muitas direções sindicais não serem favoráveis às paralisações, o movimento paredista crescia e avançava, com trabalhadores/as agindo à revelia de seus sindicatos, como nas greves dos canteiros de obras das Usinas Hidrelétricas de Belo

¹ Para mais informações sobre as rebeliões de 2013, que não serão foco de nossa análise neste artigo, sugerimos: Vieira (2021) “As Rebeliões de 2013 e as Centrais Sindicais Brasileiras” (tese de doutorado).

Monte, Jirau e Santo Antônio, na ocasião milhares de operários se mobilizaram por melhores condições de trabalho, vida e salários.

Este cenário fez com que a FENATRACOP [Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada] anunciasse que 580 mil trabalhadores do setor fizeram greve em 2011 e mais de 500 mil trabalhadores no ano seguinte. Além disso, essas greves foram marcadas por uma especificidade muito grande, ao contrário das greves “tradicionais” que são iniciadas e dirigidas pela direção sindical, muitos desses movimentos iniciaram por fora do sindicato e até a contragosto da direção oficial. O que acabou por levar, em certa medida, os trabalhadores a adotarem um repertório de enfrentamento próprio, por diversas vezes, recorrendo a destruição e incêndio de estruturas e máquinas das obras. (CAMPOS, 2017)

No que tange à categoria docente, no segmento dos/das servidores/as públicos/as federais, o mencionado balanço do SAG-DIEESE (DIEESE, 2013) destaca a adesão de mais de 100 mil grevistas, entre docentes ativos/as e aposentados/s, num movimento paredista com duração de 124 dias. A greve de docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES's) iniciou-se em 14 universidades e em duas semanas contou com mais de 40 instituições (PINTO, 2012). No total foram 60 instituições paralisadas, sendo 54 Universidades, quatro Institutos e dois Centros Tecnológicos, estes referenciados no Comando Nacional de Greve do ANDES/SN (CNG – ANDES/SN). Além dos/as docentes, mais de um milhão de discentes se envolveram, fazendo daquela greve a maior, seja em número de dias, seja em número de instituições paralisadas (BADARÓ, 2013) (GREVE..., 2012). Badaró (2013) destaca ainda que “[...] desde 2005 não realizava uma greve nacional e desde pelo menos 2001 não vivia uma mobilização com dimensões comparáveis.” (BADARÓ, 2013, p. 136).

Mas o que levou a categoria docente a sair de seu aparente imobilismo, de ao menos sete anos sem uma greve nacional de vulto, para um movimento que em pouco tempo quase quintuplicou tal número? O que pautava tal movimento? Quem eram os/as docentes grevistas?

REUNI x greve: os desdobramentos da contradição, expansão-precarização no ensino superior público no Brasil

Numa tentativa de aproximação às respostas em síntese, temos como fator condicionante o modelo global de educação imposto para a América Latina pelos organismos multilaterais, como o FMI e, sobretudo, o Banco Mundial. Estes que preconizavam um conjunto de (contra) reformas² do Estado Brasileiro, iniciadas no fim do último quarto do século XX, ensejadas com intuito de ajustar o Estado à regência neoliberal – tal modelo que imprimiu à educação em nível superior características privatistas, tecnicistas e produtivistas. Modelo parametrizado pela lógica do “fazer mais (trabalho) com menos (recursos)” – motor da dinâmica da precarização do trabalho – de forma a intensificar o processo de submissão da produção do conhecimento e da educação em nível superior aos interesses objetivos e ideológicos (subjetivos) da produção capitalista, em sua fase de acumulação flexível (HARVEY, 2011).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, como expressão deste processo, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96) pavimentou a destinação (prevista constitucionalmente) de recursos públicos para a iniciativa privada. Segundo De Paula (2015):

A referida Lei, em seu artigo 7º, reafirmou o princípio constitucional que permite a destinação de recursos públicos às entidades comunitárias, confessionais e filantrópicas. Essa acepção provocou, no cenário da educação superior, o aumento exponencial das matrículas e do número de instituições no setor privado. No período dos governos de Cardoso

² Contrarreforma é o termo adotado por Behring e Boschetti (2006) para nomear o conjunto de ações iniciadas no governo de Fernando Collor e intensificadas sob a gestão federal de FHC, com o argumento de que era necessário modernizar o Estado, sendo este apresentado pelos ideólogos do neoliberalismo como uma das causas centrais da crise econômica e social brasileira. Considera-se, em concordância com tais autoras, que tais “reformas”, na realidade, objetivavam a retirada de direitos sociais. Em suas palavras:

[...] embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático [...]. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectivas melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. Portanto, o reformismo, mesmo que não concordemos com suas estratégias e que se possa e deva criticá-lo [...] é um patrimônio da esquerda. (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 148-149)

(1995-2002), essa expansão foi exequível (CASTRO, 2006), dentre outros aspectos, por duas legislações específicas — os decretos nº 2.306/97 e nº 3.860/013 que realizaram a diversificação das instituições de ensino superior (IES) — acompanhando o padrão denotado pelo Banco Mundial (BM). Estas medidas foram amparadas na LDB 9.394/96 e pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. (PAULA, 2015, p. 102)

Sem destoar do autor acima, Gonçalves (2015) acrescenta que

As antinomias apresentadas diante da ofensiva neoliberal que tende a transformar os direitos sociais em mercadorias, seguido pelos direcionamentos dos organismos internacionais, apresentam marcas de continuísmos que aceleram a privatização da educação superior propiciando a diversificação e diferenciação institucional que tendem a ranquear e acentuar as disparidades entre as Instituições de Ensino Superior. Os rebatimentos desse contexto influenciam diretamente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) diante do arrefecimento de investimento que decorre em prejuízos à qualidade da educação – demonstrando marcas de continuísmos para esse nível de ensino, configurando assim, o que no Brasil convencionou denominar (sobretudo pelos movimentos sociais) de contrarreforma da educação superior. (GONÇALVES, 2015, p. 306)

Segunda a autora (2015), a política para educação superior nos governos Lula-Dilma (2003-2016) guarda traços de continuidade com as ações de seu antecessor e, ao mesmo tempo, apresenta particularidades.

[a] lógica mercantilista é alicerçada por um arcabouço legal que dá sustentação e continuidade às políticas de expansão da educação superior. Para tanto, foi traçada a meta no PNE de 30% de jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. Nesse sentido, uma série de Programas passa a ser instituídos e institucionalizados com vistas à inserção destes jovens e assim atender as metas que estão em consonância com proposições internacionais, entre eles: PROUNI [Programa Universidade para Todos], FIES [Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior], UAB [Universidade Aberta do Brasil] e REUNI [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais]. (GONÇALVES, 2015, p. 306)

Dado o escopo a que ora se atém nossa análise, dentre os programas mencionados pela autora, nos deteremos ao Programa de Apoio a Planos de

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa este voltado para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), expressão, portanto, no ensino superior público, das alterações orientadas pelos organismos internacionais anteriormente mencionados.

Integrante e decorrente do Plano de Desenvolvimento para Educação (lançado em abril de 2007), o REUNI foi criado em 2007, pelo Decreto nº 6096/2007. De adesão voluntária de cada IFES, a depender da decisão de seu Conselho Superior, o programa teve como objetivo anunciado criar condições para ampliar o acesso e a permanência na educação superior na graduação, considerando o “[...] melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.” (BRASIL, 2007). Em seu parágrafo 1º, o decreto explicita que o REUNI:

[...] tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. (BRASIL, 2007)

Em que pese a expansão via REUNI, condizente com parte do objetivo anunciado³ com interiorização dos campi, abertura de novas universidades, aumento no número de vagas para estudantes, docentes e técnicos-administrativos/as (estes/as sempre em menor número das reais necessidades), Tal expansão não veio acompanhada de uma melhoria substancial naqueles campi e universidades já existentes, e nem sempre houve condições adequadas de funcionamento naquelas novas unidades de ensino (salas de aula improvisadas em contêineres e em colégios de ensino fundamental e médio, foram comuns e recorrentes). Somado a isso, tinha-se a exigência “[...] de concursos públicos para docentes e técnicos [...] garantias de verbas de manutenção e assistência estudantil, entre outras.” (BADARÓ, 2013, p. 137). Ou seja, a expansão almejada via REUNI, não atendia às exigências necessárias, seja para condições de trabalho, seja para oferta efetiva de um ensino de qualidade.

³ Os então campi da UFG tornaram-se, em março de 2018, respectivamente, Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Federal de Catalão (UFCat), autonomizando-se da UFG.

Tal quadro de precariedade e ausências estava mesmo na base das pautas gerais daquela greve, em sua reivindicação por *melhores condições de trabalho* (CNG, 2012, grifo nosso). Ainda quanto aos motivos e pautas da greve, a *definição de uma nova carreira para o magistério superior* (CNG, 2012, grifo nosso) figurou como um ponto de inflexão, o que fez daquela greve uma das mais ativas do movimento paredista. A reivindicação/proposição era de uma única carreira para o/a professor/a federal (unificação das carreiras do ensino superior, básico, técnico e tecnológico); uma única linha no contracheque (incorporando as gratificações e adicionais) e organizando em 13 níveis os diversos níveis das carreiras, com progressão a cada dois anos (CNG, 2012; BADARÓ, 2013). “[...] a pauta do movimento era justa e representava seus interesses e os de todos que vivem o ensino superior público no país” (BADARÓ, 2013, p. 136).

Também se faz importante olharmos para o perfil dos/as docentes grevistas. O que se assistiu na composição da maioria dos Comandos Locais de Greve (CLG) e no Comando Nacional de Greve (CNG) foi um misto de docentes militantes de longas datas e novos/as docentes, “filhos/as do REUNI”. Dialeticamente a mesma expansão precarizada, levou às instituições de ensino um número considerável de docentes que tinham em suas trajetórias pregressas, histórias de militância em outros espaços, com destaque ao movimento partidário, estudantil e aos movimentos sociais. O novo ficava pelo ineditismo da própria greve para a maioria desses/as novos/as docentes, o que, se por um lado, se mostrou como óbice, por falta de acúmulo de experiência sindical vivida; por outro, se mostrou um intenso e excelente momento formativo. Prova disso foi a radicalidade que a greve assumiu e a possibilidade de construção de greves posteriores, com o protagonismo por esses/as novos/as docentes (BADARÓ, 2013).

Com isso, o movimento que se iniciou em 17 de maio de 2012, em 14 instituições, também se espalhou para outras categorias vinculadas às instituições de ensino, bem como para outras categorias do funcionalismo público, sendo que:

[A] Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra-Sindical) entraram em greve nacional no dia 11 de junho. [O] Sindicato Federal dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) iniciaram a paralisação dois dias depois, 13 de junho. [...] O Fórum Nacional de Entidades dos Servidores Públicos Federais aprovou [...] a

indicação de entrada em greve a 11 de junho das 31 categorias que o compunham, o que de fato acabou por acontecer, embora com ritmos e pautas próprias, nas semanas seguintes. (BADARÓ, 2013, pp. 137-138)

Como dizia numa das várias faixas espalhadas pelos campi universitários Brasil afora, “*era a greve, e era grave!*”

Com tanta pressão e após idas e vindas, o então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) se reuniu com o CNG-ANDES em 12 de junho, 13 e 14 de julho e em 1º de agosto de 2012. Tais reuniões culminaram na apresentação de uma proposta de reordenação da carreira docente, por parte do governo. Esta que, na leitura dos/as grevistas, aprofundava ainda mais a desestruturação da carreira. Após rodadas de assembleia de base, a proposta foi rejeitada por unanimidade dos/as grevistas. Diante de tal impasse e querendo acabar com a greve a todo custo, o MPOG assinou o que se convencionou chamar de *simulacro de acordo* com a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES-Federação)⁴,

[...] entidade criada e alimentada pelo próprio governo, desrespeitando a totalidade das manifestações de assembleias de base (aí incluídas as das bases que o Proifes alegava representar) que rejeitaram a proposta do governo. (BADARÓ, 2013, p. 138)

Com isso, estava sacramentada a greve. Ainda que o movimento tivesse fôlego para resistir por mais algum tempo, voltar à mesa de negociação não foi possível, pois o governo, insensível ao apelo do movimento, simplesmente recusou-se a negociar novamente com os/as grevistas.

⁴ A primeira instituição de ensino superior do Estado de Goiás foi “[...] a Faculdade de Direito de Goiás, fundada em 1898 na cidade de Goiás, com o nome de Academia de Direito de Goyaz.” (PDI-UFG, 2017, p. 10). No ato de criação da UFG, passou a denominar-se Faculdade de Direito.

A cidade de Goiás está situada na região noroeste do estado de Goiás e foi sua primeira capital. Reconhecida em 2001, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, é conhecida nacionalmente pelo conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico do centro histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1978. No último censo realizado [2010], o município de Goiás possuía 24.727 habitantes.

A UFG, o REUNI e a expansão-precarizada na instituição

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Goiás (PDI-UFG, 2017), esta teve sua fundação em 14 de dezembro de 1960. Naquele momento, cinco cursos localizados de forma esparsa no Setor Universitário da capital Goiânia, se uniram para dar conformação à mesma. Na década de 1970, a universidade se expandiu com a criação do Campus II (Samambaia), também na capital, este com o intuito de se tornar uma Cidade Universitária. Em dezembro de 1980 é criado o Campus Jataí; no ano de 1983, o Campus Avançado de Catalão⁵ e no ano de 2009 cria-se o Campus cidade de Goiás⁶ (PDI-UFG, 2017), todos localizados nas cidades que emprestam seus nomes aos campi.

Num processo marcado por resistência e luta por parte de algumas Unidades Acadêmicas e do movimento estudantil (orientados por uma avaliação crítica à proposta do programa), a UFG aderiu ao REUNI em outubro de 2007 (primeira chamada), com implementação prevista para o primeiro semestre de 2008. A implantação do REUNI significou expandir a UFG com a duplicação de seus números em muitos aspectos.

Segundo o documento já citado, o número de matrículas presenciais na graduação, saltou de 12.912 em 2005, para 25.788 em 2017; no mesmo período, as vagas

⁵ Importante acrescentar e registrar que a expansão e interiorização do acesso ao ensino superior público é luta histórica do movimento docente. Ecoamos aqui as palavras de Tonegutti e Martinez (2008):

De início, devemos deixar clara a nossa opinião sobre a concepção que se apresenta no REUNI. Há muitos anos lutamos pela ampliação da oferta de vagas nas Universidades Públicas e, portanto, este não é um ponto de discordância. Entretanto, a ampliação da oferta deve ocorrer dentro de parâmetros que permitam a manutenção, ou até a desejável ampliação, do padrão de qualidade do ensino superior público. (TONEGUTTI, MARTINEZ, 2008, p. 52)

⁶ Criado em 2004, o PROIFES-Federação, a partir da análise da política sindical adotada na condução da greve de 2012 foi assim caracterizado por PINTO (2012):

O PROIFES, um cenáculo de pequenos gestores-tecnocratas da esquerda sindical capitalista (PT, PCdoB, CUT, CTB), percebendo-se como lídimo sócio do projeto capitalista governamental apresentou-se aos professores em greve como antagonista democrata do “sectarismo” sindical do ANDES-SN. Os gestores-tecnocratas do PROIFES são o escol remanescente de antigos professores da Universidade Federal do “isso não pode!”, são os antigos capitalistas sindicais que durante muitos anos administraram o patrimônio privado de alguns sindicatos. Esses pequenos gestores-tecnocratas olham para o sindicato não como uma relação social, mas como uma propriedade que cresce a olhos vistos tanto em paredes, salas e carros, como em fundos de investimento. (PINTO, 2012, p. 66)

nos processos seletivos para discentes, foram de 3.055 (2005), para 6.775 (2017) e os cursos de graduação presenciais subiram de 73 (2005), para 168 (2017), (PDI-UFG, 2017). Tais dados atestam, pois, um aumento de mais de 100% no número de discentes e cursos de graduação, estes alavancados fortemente pela adesão ao REUNI (PDI-UFG, 2017). E é neste que estão os cursos criados na cidade de Goiás (Serviço Social - 50 vagas e Licenciatura e Bacharelado em Filosofia - 50 vagas cada um), que em 2009, junto com o curso de Direito, configuraram o Campus cidade de Goiás (CG)⁷.

No que se refere ao número de docentes, estes/as foram de 1.182 (2005) para 2.486 (2017) (PDI-UFG, 2017) – aqui também houve aumento de mais de 100%. Todavia, o acréscimo no número de professores/as não foi uniforme entre os campi então existentes, deixando localidades mais bem servidas que outras o que, por conseguinte, acarretou jornadas de trabalho diferenciadas. Isso pode ser averiguado a partir da distribuição dos/as discentes entre os docentes de determinadas localidades, como exemplo, o Campus Goiás. Nele, o número médio de estudantes para cada professor/a ficou em torno de 19:1; se tomarmos os números gerais da universidade apresentados acima, e dividirmos o número total de discentes pelos/as de docentes, essa relação será de 10,37:1 – era a precarização se apresentando no processo de interiorização do REUNI. A questão aqui não é aumentar o número de discentes por docentes, mas sim aumentar o número de docentes nas unidades mais precarizadas.

Quanto aos/às Técnicos/as Administrativos/as em Educação (TAE's), a situação era/é alarmante. Em 2005, a UFG contava com 2.203 TAE's; em 2017 esse número vai para 2.445 TAE's (PDI-UFG, 2017), ou minguados 10% de aumento. Tal acréscimo não fez frente a uma universidade que dobrara de tamanho, estando muito aquém das reais necessidades da expansão vertiginosa averiguada. Disso, depreende-se uma das faces mais perversas do REUNI: sua expansão foi à custa de sobretrabalho administrativo dos/as TA's e docentes, sobretudo, nos campi do interior, como é o caso do Campus Goiás da UFG.

⁷ Com a autonomização dos campi de Jataí e Catalão (2018), o Campus de Goiás é o único campus da UFG (com atividades de ensino, extensão e pesquisa) situado fora da região metropolitana de Goiânia. Atualmente, além dos cursos já mencionados, também integram o Campus Goiás os cursos de: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Licenciatura em Educação no Campo e o (recém-criado) curso de Pedagogia.

No tocante às estruturas físicas básicas necessárias para o funcionamento cotidiano da vida acadêmica e de trabalho, é mister destacar que, no Campus Goiás, as novas construções apresentaram problemas os mais diversos, além da inadequação ou mesmo ausência de equipamentos, tais como: biblioteca (espaço inadequado e acervo insuficiente); restaurante universitário (ausente); moradia estudantil (ausente); gabinetes para os/as docentes (ausente); laboratórios diversos (espaços improvisados e/ou ausentes), etc. Houve ainda o aproveitamento/adaptação de instalações de prédios precários, de antigos colégios secundaristas, fazendo com que a categoria docente e comunidade acadêmica, padecesse um pouco mais da expansão precarizada.

Em suma, tomando o quadro mais geral da UFG e, particularmente o Campus Goiás, como exemplos – espelho da realidade de muitas localidades que surgem na mesma esteira – o REUNI se apresentou como uma forma de expansão precarizada das relações de trabalho, pois: acumulou trabalho para alguns; fragilizou a legislação trabalhista e levou à formação de subclasses de professores/as no interior da mesma universidade. Afora as estruturas físicas, em muitos casos, lastimáveis. Dessa feita, o que poderia ser comemorado como um avanço terá suas deficiências e limites denunciados, sobretudo pela oposição ao sindicato local.

O movimento docente na UFG: paralisia e retomada em 2012, o impulso da greve

Importante destacar que devido à sua estrutura multi-campi e divergências no interior do movimento docente (entre outros fatores), a UFG contava à época com três sindicatos docentes, além de uma Comissão de Mobilização Docente (CMD). São eles: Associação dos Docentes do Campus Catalão (ADCAC), seção sindical do ANDES/SN; Associação dos Docentes do Campus Jataí (AD CAJ), seção sindical do ANDES/SN; Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (ADUFG-Sindicato), filiado ao PROIFES-Federação e a CMD, organização de base dos/das docentes do Campus Goiás. Para o objetivo deste artigo, interessa-nos diretamente a ADUFG e a CMD.

A ADUFG tem como data de fundação 21 de dezembro de 1978. Naquele momento, foi registrada como Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás. A partir de 2011, com a realização de assembleia docente na qual foram admitidos

votos por procuração, mudou sua nomenclatura e quadro de abrangência e passou a ser um sindicato local, além de compor o quadro de sindicatos que conformam a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES-Federação (ADUFG, 2014). Até fevereiro de 2014, a ADUFG contava com 2.360 professores/as filiados/as (ADUFG, 2014). Importante dizer ainda que, desde 1993, a ADUFG é hegemônica pelo mesmo grupo político, composto por integrantes que se alternam à frente da entidade e nalgumas situações, em cargos junto à administração superior da universidade.

Fruto da mobilização autônoma dos/as docentes, a Comissão de Mobilização Docente, Campus Goiás foi constituída no segundo semestre de 2011. Na ocasião, o que mobilizou tal organização foi o debate sobre a necessidade de uma entidade representativa docente, pois estava nítido para aqueles/as que a ADUFG não atendia aos anseios de um sindicato combativo, de lutas e, para muitos/as, classista. Pode-se dizer que seu surgimento está diretamente ligado à inoperância da ADUFG. Tais reflexões não tardaram em dar lugar à pauta docente nacional, que repercutiram localmente e “trouxeram” a anunciada greve para a pequena cidade de Goiás. Era maio de 2012.

Somada àquela situação precária, o incremento do quadro com novos/as docentes será determinante para os acontecimentos de 2012 e na reorganização do movimento docente. Atentos/as ao que se passava, tais docentes, referendados no ANDES/SN, foram contatando-se e articulando-se a antigos opositores/as ao sindicato local, no vislumbre da organização de uma oposição. Com a greve de 2012, tal reorganização foi impulsionada sobremaneira e permitiu a união da oposição sindical na UFG, sobretudo em Goiânia e Goiás.

Como já mencionado, a greve dos/as docentes das IFES's de 2012 se configurou como a maior greve de sua história; e na UFG, após mais de 10 anos sem greves, não foi diferente. O que se assistiu por aqueles dias foi uma intensa movimentação na universidade, sobretudo nos *campi* do interior, onde o movimento paredista foi iniciado – para se ter uma ideia, houve assembleia com a participação de mais de 700 professores/as. O que tal movimentação evidenciava era justamente o já denunciado no momento de implantação do REUNI, a necessidade de expansão do ensino superior brasileiro acompanhada de condições de manutenção e qualidade do mesmo, o que,

passado o momento de euforia, para alguns, viu-se inexistente. Diante disso, o professorado não teve dúvidas, “arregaçou as mangas” e partiu à luta. Destes/as, é necessário destacar a participação ativa de elevado número de professores advindos das vagas ofertadas pelo REUNI. Recém-ingressos na universidade pública, muitas vezes com pouca ou nenhuma experiência militante sindical, mas, em alguns casos com experiência em outros espaços de luta, eram quem fazia mesmo o papel de vanguarda.

Conforme destacado, o vertiginoso crescimento da universidade acirrou um conjunto de problemas estruturais e precarizou mais o que já era precário. Dado o início da greve, a partir do campus de Catalão, a mesma se alastrou até Jataí e chegou à cidade de Goiás, cuja articulação já se encontrara em andamento, via CMD.

Posteriormente, o campus Goiânia somou-se à greve. Nesse momento se deu um dos episódios mais emblemáticos do movimento. Em junho, num auditório lotado de docentes, no início da assembleia geral, chamada para avaliar e deliberar sobre a adesão à greve nacional, a mesa de trabalhos, coordenada pela diretoria da ADUFG, sob alegação de que só poderiam participar desta os/as professores/as filiados/as à ADUFG e que, portanto, os/as demais deveriam se retirar e deixar os/as filiados/as sentarem-se, recusava-se a prosseguir com a mesma. O conjunto do professorado filiado ao sindicato, num gesto de solidariedade e coerência com os/as demais colegas, se recusou a atender ao chamamento da mesa e passou a exigir o andamento da assembleia com a presença também dos/das não filiados/s. Com a intransigência da direção da mesa, o que se assistiu em seguida foi algo inesperado e surpreendente; os/as professores/as tomaram a mesa de trabalho e continuaram com a assembleia de forma autônoma, e deliberaram de forma unânime pela entrada na greve, além disso, formaram um Comando Local de Greve (CLG), elegeram delegados/as para o Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES) e votaram pela realização de nova assembleia na semana seguinte. Quanto à direção do sindicato, esta saiu sozinha e vaiada pelos fundos.

Passada a (intensa) assembleia, o CLG, bem como o conjunto do professorado que apoiou e aderiu à greve (de Goiânia e da cidade de Goiás), foram alvos de campanha difamatória por parte do sindicato, que dispôs inclusive de ofensiva criminalizatória contra os/as principais envolvidos/as com a organização da mesma. Isso fez com que o contingente de professores/as, na sua maioria desconhecidos/as entre si, se irmanassem

em solidariedade e complementaridade militante, o que permitiu impulsionar o movimento para a ratificação da posição inicialmente deliberada. Tal arrefecimento das posições mostrou-se favorável aos/às grevistas; a assembleia seguinte confirmou a adesão à greve por unanimidade dos presentes (em torno de 300 docentes). Na ocasião, um clima tenso, de iminente enfrentamento tomou a atmosfera da assembleia, eram esperadas possíveis investidas de grupos contrários à greve, contudo, os debates transcorreram sem maiores problemas e garantiu-se a sua continuidade. E, com isso, a greve seguiu na UFG, em todos seus *campi*.

A partir de então, o sindicato, não tendo alternativas, propôs uma composição com o CLG e aceitou participar do mesmo nas mesmas condições que os demais. No entanto, isso não significou a “paz dos cemitérios” aos/às grevistas, pois, sem nunca contar com a confiança de ambas as partes, o sindicato tentava a todo custo enfraquecer o movimento paredista. Lembremos o que nos contou Pinto (2012)

[...] o PROIFES era contrário à greve porque mantinha negociações isoladas com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No entanto, em 27 de maio, o PROIFES foi ignorado pelos negociadores do governo que cancelaram uma reunião marcada sem dar explicação alguma do fato e, sem o seu costumeiro interlocutor e com uma greve em andamento, o PROIFES tinha um sério problema a enfrentar: os próprios professores em greve. (PINTO, 2012, p. 59)

Para a ADUFG, além de enfrentar a própria greve, também estava colocada a tarefa de impedir que esta resultasse na articulação e fortalecimento de organicidade de uma oposição sindical, o que naquele momento não foi possível.

Os rumos da oposição sindical na UFG: acertos e erros; perspectivas e desafios

Esse conjunto de acontecimentos fomentou uma importante articulação entre os/as opositoristas, sendo um dos germes fundamentais da reorganização da oposição na UFG. Como já mencionado, naquele momento, além dos contatos entre as seções sindicais do interior (Jataí e Catalão) e CMD, uma miríade de professores/as pôde se

conhecer e, principalmente, se reconhecer, numa experiência de suspensão ativa e reflexiva de seu cotidiano de trabalho. É fato que alguns/mas já se conheciam de outros tempos de luta na universidade, mas para significativa parcela dos/das que vieram a se somar ao processo, aquela foi a primeira oportunidade de contato. A didática da greve fez-se na UFG, num movimento de formação de consciência, importante para o processo de constituição da oposição sindical como sujeito coletivo na UFG. Lembra-nos Iasi (2011) que, fundamentado na tradição marxiana, afirma:

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas se revoltar contra as relações pré-determinadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural dessas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que se mude a manifestação da injustiça. (IASI, 2011, p. 29)

À oposição juntaram-se segmentos identificados com a antiga oposição docente, outros identificados com os tradicionais partidos de esquerda e segmentos sem filiação partidária – estes majoritários. Daí que as mais variadas concepções político-ideológicas, dentro do espectro progressista, passaram a compor o movimento grevista da UFG, legando à oposição um caráter também heterogêneo entre si. O que para alguns/mas parecia uma “insanidade” se mostrou como uma sólida experiência: houve demonstração de capacidade de organizar e tocar a maior greve na história da UFG; ao mesmo tempo em que enfrentava as ofensivas, ora explícitas, ora de forma sub-reptícia do sindicato local, além de questões postas pela sua inexperiência e pouco conhecimento acerca da luta sindical. Mesmo assim, a oposição que se formava naquele momento organizou e venceu todas as assembleias da greve, além de levar a cabo as principais deliberações grevistas.

O saldo da greve pode ser contabilizado ainda pela identificação das bandeiras de luta, as quais permitiram à oposição avançar em sua reorganização pós-greve. Resumidamente são elas: rechaço à organização nacional, da qual a ADUFG fazia/faz parte (PROIFES-Federação); maior proximidade com o ANDES/SN; necessidade de trazer para a universidade o debate contra-hegemônico sobre concepção sindical e de universidade pública; disputa por vagas nos conselhos da universidade (espaços de

gestão, com democracia representativa); reativação e participação no conselho de representantes⁸ da ADUFG e, por fim, a necessidade de disputar a entidade sindical – se tais bandeiras não foram tomadas a punho de forma nítida, o tempo mostrou que foram elas que se apresentaram e foram conduzidas pela oposição. E aqui, a oposição também logrou êxito na maioria das ações imediatas empreendidas, assim se deu com a decisão em concorrer aos conselhos da universidade, ao conselho de representantes da ADUFG e com o processo de organização da chapa oposicionista ao sindicato (pleitos de 2014 e 2017). Todavia, a chapa oposicionista não venceu as duas eleições a que concorreu.

Com isso, não é difícil imaginar que durante essa curta, mas profícua trajetória, a oposição também teve seus percalços. Se durante a greve foi possível a junção de forças políticas e de um conjunto heterogêneo de professores/as no tangente às concepções político-ideológicas, após isso, as diferenças começaram a despontar, divisões e afastamentos foram inevitáveis.

Se ao concorrer aos conselhos da universidade e ao conselho de representantes do sindicato, a oposição foi exitosa, ao fazer parte dos mesmos, no exercício cotidiano de representação, observou-se vividamente que tais conselhos estavam tomados por outras forças políticas arraigadas na/da universidade, e que a oposição conseguia, no máximo, se fazer voz destoante, arcando com o ônus objetivo e subjetivo de se agir no limite da institucionalidade, cujo controle não estava em suas mãos. Nos conselhos da UFG eram minoria e no conselho de representantes da ADUFG, além de minoria a direção sindical dificilmente assumia alguma propositura que não as suas próprias.

Se a decisão em disputar o sindicato se mostrou acertada e contribuiu sobremaneira para dar densidade à oposição, passado o momento da disputa, ficou evidente que para se organizar uma oposição com vistas à conquista da entidade sindical se faz necessário um trabalho de médio e longo prazo, cada vez mais dificultado dada a intensificação da precarização posta pelo adensamento das características do modelo de trabalho, assumido pela universidade pública brasileira. Submetidos/as às metas quantitativas de avaliação de sua atividade, há significativa diminuição da autonomia

⁸ Segundo o Estatuto da ADUFG: “Art. 19 – O Conselho de Representantes, órgão consultivo do ADUFG Sindicato, presidido pelo presidente do ADUFG Sindicato, é composto pelos(as) sindicalizados(as), eleitos por seus pares, vinculados às respectivas unidades acadêmicas das Universidades Federais de Goiás.” (ADUFG, 2018).

relativa em relação a essa, colocando-os/as, muitas vezes, como meros reprodutores/as de conteúdos e “gerentes” da burocracia, dificultando severamente a possibilidade de trabalho criativo intra e extraclasse, o que inclui a militância sindical, com a tarefa intrínseca de construir organicidade oposicionista.

O desafio ainda insistente é o de, sem ignorar a heterogeneidade que a caracterizou, partir da expressa não concordância com a concepção sindical representada pela ADUFG-sindicato e PROIFES (ponto de unidade) para – com coragem, criatividade, paciência e solidariedade militante – continuar a construção de uma oposição sindical, apesar das condições e rotinas profissionais cada vez mais pesadas e extenuantes. Oposição que ecoe nos muros internos da UFG e para além, dando sobrevida à longa trajetória de luta das/os docentes brasileiros/as, contribuindo com a luta da classe trabalhadora, da qual é parte.

Referências

ADUFG. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás. **Estatuto da ADUFG - Sindicato**. Goiânia: ADUFG. 2018. Disponível em:

<https://www.adufg.org.br/files/1648501525-proposta-estatuto-adufg-sindicato-2022-docx.pdf> . Acesso em: 27 jan. 2022.

AMORIM, Daniela; CONGO, Mariana. Inflação oficial fica em 5,84% em 2012, acima do centro da meta do governo. **Estadão**, São Paulo. 10 jan. 2013. Economia e Negócios. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,inflacao-oficial-fica-em-5-84-em-2012-acima-do-centro-da-meta-do-governo,140189e>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BADARÓ, Marcelo Mattos. Uma greve, várias lições: a greve das universidades federais no Brasil em 2012. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, Cidade do México: Universia, v. 4, n. 10, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social)

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm . Acesso em: 20 dez. 2021.

CAMPOS, Cauê Vieira Campos. Santo Antonio e Belo Monte: o caso das rebeliões operárias nas obras do PAC. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 41., 2017, Caxambu. **Anais Eletrônicos** [...]. p. 02-34. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt33-11/10905-jirau-santo-antonio-e-belo-monte-o-caso-das-rebelioes-operarias-nas-obras-do-pac/file>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CNG. Comando Nacional de Greve do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior CNG-Andes. **CNG Informa**. [S.l.]: CNG, [2012]. Disponível em: <http://cngandes.blogspot.com.br/p/cng-informa.htm>. Acesso em: 14 de mar. 2022.

DE PAULA, Alisson Slider do Nascimento. O Programa REUNI em foco: intensificação e precarização do trabalho docente. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 170, p. 99-106, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/27088>. Acesso em: 02 fev. 2022.

DESEMPREGO em 2012 fica em 5,5% e é o menor em dez anos, diz IBGE. **UOL Economia**, São Paulo, 31 jan. 2013. Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/01/31/desemprego-ibge.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 27 jan. 2022.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. Balanço das greves de 2012. **Estudos e Pesquisa**, São Paulo, n. 66, p. 01-35, maio 2013. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.html> . Acesso em: 17 jan. 2022.

GONÇALVES, Carla Agda. A implementação do programa REUNI e suas antinomias. In: 3º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 3., 2014, Badajoz. **Anais eletrônicos** [...]. Badajoz: Departamento de Educação, da Universidade da Extremadura, 2015. p. 304-308. Tema: Investigação Qualitativa em Educação. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ/article/view/386>. Acesso em: 21 mar. 2022.

GULLAR, Ferreira. **Toda poesia**. 15. ed. São Paulo: Editora José Olympio, 2015.

GREVE de professores empata com a maior da história da categoria. **Portal Terra**, São Paulo, 05 set. 2012. Educação. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/greve-de-professores-empata-com-a-maior-da-historia-da-categoria,612c42ba7d2da310VgnCLD200000bbcceboaRCRD.html> Acesso em: 28 jan. 2022.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
IASI, Mauro. Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

IBGE. Indicadores IBGE. **Contas nacionais trimestrais:** indicadores de volume e valores correntes. [Rio de Janeiro: IBGE], 2012. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2012/pib-vol-val_201204caderno.pdf . Acesso em: 27 jan. 2022.

PINTO, João Alberto da Costa. **O PROIFES e a greve nas Universidades Federais.** Goiânia: PassaPalavra, ago. 2012. Disponível em: <https://passapalavra.info/2012/08/62671/> . Acesso em: 21 jan. 2022.

PINTO, João Alberto da Costa. Os significados históricos da greve dos professores nas universidades federais em 2012. **Germinal:** marxismo e educação em debate, Salvador, v. 4, n. 2, p. 58-68, dez. 2012. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/13566/5/Artigo%20-%20Jo%C3%A3o%20Alberto%20da%20Costa%20Pinto%20-%202012.pdf> . Acesso em: 21 jan. 2022.

SALÁRIO mínimo: governo atualiza valor para R\$622 em 2012. **Câmara dos Deputados,** Brasília, 21 nov. 2011. Política e Administração Pública. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/225064-salario-minimo-governo-atualiza-valor-para-r-622-em-2012> . Acesso em: 27 jan. 2022.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena. **O REUNI e a precarização nas IFES.** *Universidade e sociedade:* produção versus produtivismo e precarização do trabalho, Brasília, n. 41, ano 17, p. 51-67, jan. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de desenvolvimento institucional da UFG – 2018-2022.** Goiânia: UFG, [2018]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1/o/PDI_UFG_-_Plano_de_desenvolvimento_institucional_2018-2022.pdf Acesso em: 06 abr. 2022.

VIEIRA, Luís Augusto. **As rebeliões de junho de 2013, para as centrais sindicais da classe trabalhadora brasileira.** 2020. 359 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

Recebido em: 12/03/2022
Aprovado em: 03/05/2022

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 23 - Número 52 - Ano 2022
revistalinhas@gmail.com